



**ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CASTANHEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Portaria Nº 03/2020/SMEC**

*Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e jornada de trabalho da Rede Municipal, e demais providências.*

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, no uso de suas atribuições legais e,

considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, Lei nº. 11.494/2007 – FUNDEB, a Lei Complementar Municipal Nº 734/2013 e a Municipal Nº 528/2006;

considerando as Políticas da Secretaria Municipal e Cultura para a valorização dos Profissionais da Educação, assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade de ensino;

considerando a importância em garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Orientar e estabelecer critérios a serem observados no *PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO* - PSS/2021, de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das unidades escolares.

**Art. 2º.** Para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares serão consideradas as turmas formadas pelos alunos efetivamente matriculados para o ano letivo de 2021.

**Art. 3º.** O quadro de pontuação/classificação e o quadro de aulas livres e/ou substituição e regime/jornada de trabalho, deverão ser afixados na escola, em local público e de fácil acesso.

**Art. 4º.** Para contagem de pontos referentes à *FORMAÇÃO/TITULAÇÃO* será considerado o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído, não sendo permitida a contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

§ 1º Se o candidato tiver concluído o curso de graduação até 21/12/2020, e for colar grau até o dia 31 de março de 2021, poderá apresentar declaração da instituição, juntamente com o histórico escolar, contendo a data de colação de grau, para que a inscrição seja validada como nível superior.

§ 2º Para a comprovação de titulação em nível de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), o candidato deverá apresentar o certificado de conclusão do curso de pós-graduação, diploma ou Ata/ Atestado e Histórico Escolar.



**ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CASTANHEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Art. 5º.** O candidato a contrato temporário que não atribuir classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho ficará no *Cadastro da Secretaria Municipal de Educação*.

**Art. 6º.** Na apuração final dos pontos, os profissionais da educação serão classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate, para efeito de desempate, serão observados os seguintes critérios:

**I. Para professor efetivo:**

- a) Maior titulação
- b) Maior tempo de serviço (concurso);
- c) maior idade.

**II. Para professor de contrato temporário:**

- a) maior titulação;
- b) maior tempo de serviço prestado nas unidades concorridas, mediante documento comprobatório, emitido pelo Recursos Humanos (RH) da Prefeitura Municipal de Castanheira – MT, nos últimos 04 (quatro) anos como professor, considerando 1 (um) ano trabalhado, o ano letivo completo (de fevereiro a dezembro). Em caso de rescisão ou contratos com vigências menores, contará os meses trabalhados. (Escola Municipal Castanheira e Centro Educacional Municipal Pequeno Príncipe, considerar mesma unidade.) e (Escola Rural Municipal D. Pedro, José de Alencar e Jorge Amado, considerar mesma unidade).
- c) maior idade.

**Art. 7º.** A Equipe Gestora da unidade escolar deverá informar à Secretaria Municipal de Educação, até o dia **01.02.2021** o nome dos profissionais efetivos que constam na folha de pagamento e que não compareceram para a atribuição da jornada de trabalho, nem apresentaram documento legal autorizando o seu afastamento daquela unidade.

**Art. 8º** Pessoa com Deficiência: As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas pelo § 1º do Art. 21 da Lei Complementar Estadual nº 114/2002, é assegurado o direito de participação no presente processo seletivo simplificado, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, ficando reservado às mesmas, 10% (dez por cento) das vagas abertas.

I - A cada 10 (dez) candidatos convocados da lista universal, 01 (um) candidato da lista de inscritos como pessoa com deficiência será convocado, perfazendo a equivalência aos 10% assegurados pela lei.

II- O candidato, além dos documentos exigidos pela Prefeitura Municipal de Castanheira para o contrato Temporário, deverá apresentar, às suas expensas, Laudo Médico emitido por especialista da área atestando a deficiência e a compatibilidade com as atribuições da função pretendida. Laudo Médico emitido impreterivelmente nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da comprovação de títulos e deverá constar:

- a) a espécie e o grau ou nível da deficiência;
- b) código correspondente, segundo a Classificação Internacional de Doenças -CID;
- c) limitações funcionais;
- d) função para a qual é candidato;
- e) se existe ou não compatibilidade com as atribuições da função pretendida;
- f) data de expedição, assinatura e carimbo com o número do Conselho Regional de Medicina - CRM do médico especialista na área da deficiência que emitiu o Laudo.

III- O candidato que apresentar Laudo Médico que ateste incompatibilidade da deficiência com as atribuições da função será excluído do Processo de Seleção Simplificado.

**Parágrafo Único** - Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas para candidatos com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, seguindo



**ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CASTANHEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

rigorosamente a ordem de classificação final;

**Art. 9º.** A atribuição de classes e/ou aulas dos professores da Educação Básica (Ensino Fundamental), dar-se-á com observância à sua formação.

§ 1º Para atuar nos anos iniciais do ENSINO FUNDAMENTAL, observar-se-á a seguinte ordem de prioridade:

- a) habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena ou Curso Normal Superior (com colação de grau);
- b) habilitação em Pedagogia com Licenciatura Curta (com colação de grau);
- c) curso de Magistério em nível médio e nas unidades escolares onde estes profissionais não forem suficientes poderá atuar em caráter excepcional, profissionais de outras disciplinas.

§ 2º Para atuar nos anos finais do ENSINO FUNDAMENTAL será exigido Licenciatura Plena ou Curta, nas habilitações específicas (com colação de grau).

**Art. 10.** Na falta de professor efetivo, poderá ser atribuída classe e/ou aula a professor candidato a contrato temporário em aulas livres ou em substituição e deverá ser observado no ato da atribuição:

- I. carga horária máxima de 30 horas semanais;
- II. quando da atribuição de professor que ocupe outro cargo público licitamente acumulável, deve-se observar que no cômputo geral de sua jornada de trabalho, não exceda a 60 horas semanais.
- III. o professor candidato a contrato temporário que ocupe outro cargo público licitamente acumulável, deverá apresentar documento de sua carga horária que comprove a compatibilidade de horário a ser cumprido;
- IV. ao professor aposentado poder-se-á atribuir carga horária máxima de 30 (trinta) horas semanais, conforme inciso I acima, sendo-lhe vedado atribuição em cargos que exigem atribuição em funções com Dedicção Exclusiva, tais como diretor escolar, coordenador pedagógico, por exceder a carga horária semanal;

**Art. 11.** As horas atividades deverão ser cumpridas no horário de atendimento da unidade escolar, junto aos pares, com o devido acompanhamento do coordenador pedagógico;

§ 1º. Caberá ao gestor escolar o acompanhamento do cumprimento das horas atividades.

§ 2º. O acompanhamento das Horas Atividades, tanto para professor efetivo quanto para professor contratado temporariamente, deverá ser registrado em Livro específico, atendendo ao disposto no Art. 41. § 1º da Lei Complementar Municipal Nº 734/2013.

*Entende-se por hora atividade aquela destinada à preparação e avaliação do trabalho pedagógico, à colaboração com a administração escolar da escola, as reuniões pedagógicas, a articulação com a comunidade, à participação em ciclos e/ou grupos de estudo e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola, à participação em reunião, assembleia, seminário e congresso convocado e realizado pelo sindicato a que a categoria pertence.*

§ 3º. Para o registro no referido livro, deverão ser observados os critérios em períodos mensais conforme consta na seguinte planilha:



**ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CASTANHEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Nome do Professor (a):					
Situação funcional:					
Dia/Mês	CH/Atividade	Horário		Assinatura	Observações
		Entrada	Saída		

**Art.12.** Os contratos temporários para os cargos de professor, serão *rescindidos* no decorrer do ano nas seguintes situações:

- I- no caso de nomeação de concursados;
- II- a pedido do interessado;
- III- quando do retorno do professor, em condições de assumir a função do cargo efetivo;
- IV- apresentar no bimestre 10% ou mais de faltas injustificadas;
- V- descumprir as atribuições legais inerentes aos respectivos cargos;
- VI- desempenho nas atribuições de forma insatisfatório desde que devidamente comprovada;
- VII- prática educativa que contrarie as concepções do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como as políticas públicas municipais;
- VIII- a título de penalidade, nos termos da legislação vigente;
- IX- geração de subemprego;
- X- em caso de junção de turmas;
- XI- em caso de remoção do profissional da educação efetivo, fora do período de férias, amparada por lei;
- XII- interesse da administração pública;
- XIII- quando o professor efetivo, detentor de aulas adicionais, se afastar por motivo diverso, exceto no caso de licença gestacional e para tratamento de sua própria saúde;
- XIV- confirmada a prática de *NEPOTISMO*, por parte da equipe gestora da unidade escolar.
- XV- a prática de assédio moral, sexual, bullying, agressão física.

**Art. 13.** Nas hipóteses previstas nos incisos VII ao VIII e XV, do Artigo 12 desta Portaria, a rescisão do contrato será precedida de sindicância administrativa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 14.** Fica sob a responsabilidade da equipe gestora, a verificação e a comunicação à Secretaria Municipal de Educação, da ocorrência das situações que constam no artigo 12 e incisos, desta Portaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da confirmação do fato.

**Art. 15.** Não poderão ser contratados temporariamente profissionais da educação que se encontrem nas seguintes situações:

- I. o professor que já ocupe dois cargos públicos;
- II. o professor que exerça função ou ocupe cargo em regime de Dedicção Exclusiva;
- III. o professor, que estiver em gozo de licença de qualquer natureza;
- IV. o profissional, que apresentar no decorrer do ano letivo anterior 10% (dez por cento) de faltas injustificadas;
- V. o profissional que tiver histórico de registros oficialmente comprovados de prática de geração



**ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CASTANHEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

de subemprego;

VI. o profissional que tenha sofrido penalidade disciplinar e ainda não esteja reabilitado;

VII. os profissionais da educação nas situações previstas nos incisos III, IV, VI, VII, VIII, XIII e XIV do artigo 12 desta Portaria;

VIII. profissional da educação aposentado nas seguintes situações: aposentado em dois cargos e/ou aposentado em um cargo e ativo no outro cargo.

**Art. 16.** Em caso de surgirem vagas nas unidades escolares após o início do ano letivo, estas serão preenchidas, obedecendo à ordem da contagem de pontos/classificação do profissional constante no cadastro da Secretaria Municipal de Educação.

**Parágrafo único** – Se o candidato convocado para o preenchimento da vaga não comparecer, no prazo de 24 horas será convocado o subsequente, respeitando-se a sequência geral dos classificados.

**Art. 17.** Caberá a Secretaria Municipal de Educação proceder à lotação do professor efetivo que deixar de participar das etapas do processo de atribuição de classes e/ou aulas, que constam desta Portaria, onde houver vaga.

**Art. 18.** O profissional da educação investido em mandato eletivo participará do processo de atribuição de classes e/ou aulas, desde que não tenha desincompatibilizado da função.

**Parágrafo único** – O professor investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

**Art. 19.** Nos casos em que o profissional da educação se sentir prejudicado, quanto ao processo de *CONTAGEM DE PONTOS e DO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO* caberá recurso à Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas, correspondente a etapa em questão.

**Parágrafo único** - O recurso referido no *caput* deste artigo não terá efeito suspensivo do processo (contagem de pontos e/ou atribuição), devendo ser interposto **impreterivelmente até 24 horas após etapa em questão**, tendo a Comissão de Atribuição da unidade escolar e/ou Secretaria Municipal de Educação, **o mesmo prazo para emissão do parecer.**

**Art. 20.** Para dar cumprimento a datas e prazos do processo de atribuição de classes e/ou aulas, as Comissões responsáveis deverão seguir rigorosamente o calendário estabelecido na Instrução Normativa nº 01/2020/SMEC e no Edital 04/2020/SMEC.

**Art. 21.** Após atribuição de classes e/ou aulas, os professores construirão o plano de trabalho docente anual (cronograma de trabalho e atividades pedagógicas), incluindo, objetivamente, as ações a serem desenvolvidas nas horas atividades.

**Art. 22.** Os PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM READAPTAÇÃO desenvolverão atividades pedagógico-administrativas de acordo com suas possibilidades de atuação, contribuindo com a gestão dos processos pedagógicos e administrativos da escola, a cumprir o regime/jornada de trabalho de 30 horas semanais, no horário escolar estabelecido pela escola como de atendimento ao aluno, tais como:

- a) apoio ao processo ensino aprendizagem em atividades complementares à sala de aula, correlatas as atividades de articulação da aprendizagem (professor);



**ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CASTANHEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

- b) em atividades pedagógicas desenvolvidas na biblioteca escolar (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);
- c) exercer a função de “*SUPORTE TÉCNICO*” na Secretaria Municipal de Educação, mediante perfil compatível com o exercício da função, (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);
- d) em atividades educativas acompanhando os alunos no setor externo da sala (pátio escolar), denominado “*ORGANIZADOR DE AMBIENTE*” (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);
- e) - apoio na Secretaria Escolar (técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional)
- f) - exercer função responsável pelas Multimídias – “*MULTIMEIO DIDÁTICO*” com perfil para exercer a função (professor/técnico administrativo e apoio administrativo educacional);
- g) “*ATENDIMENTO NA RECEPÇÃO*” da unidade escolar (técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);
- h) Exercer a função de “*SUPORTE A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA*” mediante perfil para auxiliar a coordenação pedagógica inclusive no controle da infrequência dos alunos “*FICAI*”(professor).

§ 1º. Todos os professores em situação de readaptação deverão participar do processo de atribuição da jornada de trabalho, isto é, contar pontos e atribuir em uma das funções relacionadas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “f” e “h”.

§ 2º. Somente poderá atribuir nas funções elencadas nas alíneas acima, o profissional que requerer formalmente a readaptação junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Municipal;

§ 3º. A atribuição dos profissionais em readaptação dar-se-á nas vagas constantes nas alíneas acima supracitadas obedecendo a necessidade de manutenção do quadro das unidades escolares, observando a contagem de pontos;

§ 4º. Em caso de existir mais de um profissional em readaptação concorrendo a uma mesma função em uma unidade escolar, caberá a Secretaria Municipal de Educação distribuir os profissionais que ficarem remanescentes entre as unidades escolares da rede municipal de educação básica.

§ 5º. O profissional em readaptação deverá cumprir a jornada de trabalho integral ou quando com atribuição em biblioteca deverá ser distribuída a jornada de trabalho de acordo com os turnos de funcionamento da unidade escolar de forma a atender a escola conforme o número de turnos, não ultrapassando a carga horária de 30 horas semanais. ‘

**Art. 23.** Para o exercício das funções de dedicação exclusiva dos profissionais da educação básica (Diretor Escolar, Secretário de Unidade Escolar e Coordenador Pedagógico) o servidor deverá ser de carreira, efetivo e em atividade, nos termos do § 3º, do Art. 4º, da Lei Complementar Municipal n.º 734/2013.

**Parágrafo único.** O servidor em desempenho de função de Dedicação Exclusiva que se afastar por período superior a 02 (dois) meses, excetuando-se os casos de licença saúde e licença gestante, incorrerá em vacância defunção.

**Art. 24.** Caberá ao coordenador pedagógico, além das funções descritas na Lei Complementar



**ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CASTANHEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Municipal nº 734/2013:

- I. acompanhar e orientar o desenvolvimento dos Programas e Projetos da unidade escolar;
- II. monitorar o cumprimento das horas atividades dos professores da unidade escolar;
- III. participar da Avaliação de desempenho de sua função junto aos professores com vistas ao fortalecimento do processo de ensino aprendizagem.

§ 5º. O coordenador pedagógico trabalhará em regime de dedicação exclusiva, cumprindo jornada semanal de 40 horas, de modo que contemple todos os turnos de funcionamento da unidade escolar.

**Art. 25.** Para as unidades escolares que atendem alunos deficientes com graves transtornos neuro-motores (crianças que em decorrência da deficiência apresente mobilidade reduzida ao ponto de comprometer sua autonomia de ir ao banheiro e se alimentar, sendo, portanto, dependente de apoio externo) e alunos com autismo, incluídos nas turmas regulares será garantido 01 (um) TAE/AUXILIAR DE TURMAS de modo a proporcionar autonomia ao aluno.

§ 1º A disponibilidade ou contratação do TAE/AUXILIAR DE TURMAS, com regime de trabalho de 30 (trinta) horas, apenas se justifica quando comprovada a necessidade através de avaliação pedagógica e Laudo Médico do(s) aluno(s).

§ 2º O TAE/AUXILIAR DE TURMAS deverá estar a serviço dos alunos com deficiência ou com autismo, sendo chamado para auxiliar quando necessário ou em momentos pontuais como alimentação, locomoção e cuidados pessoais.

§ 3º Ao TAE/AUXILIAR DE TURMAS não compete desempenhar atividades de ensino dos conteúdos escolares, sendo esta uma atividade exclusiva do professor regente.

§ 4º Fica vedada a disponibilização de TAE/AUXILIAR DE TURMAS para atender nas seguintes situações:

- I - alunos com ou sem deficiência que apresentam somente crises convulsivas;
- II - alunos com deficiência visual ou com surdez;
- III- alunos com deficiência intelectual sob alegação de dificuldades na aprendizagem;
- IV- alunos com algum tipo de síndrome sem comprometimento em sua funcionalidade motora;
- V- alunos com deficiência física que não apresentam dependências na locomoção, alimentação e cuidados pessoais;
- VI- alunos que apresentam problemas comportamentais.

**Art. 26.** O cumprimento da jornada de trabalho dos Profissionais da Educação, efetivos ou de contrato temporário ficará sob a responsabilidade da Equipe Gestora (Diretor, Secretário e Coordenador Pedagógico) da unidade escolar com acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 27.** O processo de Atribuição de Classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho da Rede Municipal de Ensino, poderá ser realizado por Procuração.

**Art. 28.** Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho instituídas nas unidades escolares e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Educação, para conhecimento, análise e parecer.

**Art.29.** Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em



**ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CASTANHEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

contrário.

Castanheira – MT, 14 de dezembro de 2020

---

**Julio Cezar Augusto do Nascimento**  
Secretario Mun. de Educação e Cultura